

DÍVIDA PÚBLICA21 MAI 1986
GAZETA MERCANTIL

Governo pretende que estados lancem títulos semelhantes aos federais

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Os mesmos tipos de títulos que estão sendo criados, a nível de governo federal, para a captação de recursos a curto e longo prazos também vão orientar o sistema de operações dos bancos estaduais na colocação de papéis da Dívida Pública estadual. "O tratamento será simétrico", disse ontem o diretor da dívida pública do Banco Central (BC), André Lara Resende, indicando que os estados também vão trabalhar com um papel semelhante à Letra do Banco Central (LBC) de curto prazo de vencimento e rentabilidade vinculada ao "overnight" e com obrigações de mais longo prazo, instrumento pelo qual irão financiar os investimentos governamentais.

Lara Resende voltou a falar sobre a intenção do governo federal de trabalhar com Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) de dois ou cinco anos de prazo, sem carta de recompra, destinadas, portanto, a investidores finais.

As LBC serão lançadas com prazos de até 365 dias, resgatadas pelo valor nominal, mas podem ser compradas com ágio ou deságio. "Este será um instrumento de quase moeda", disse Lara Resende no seminário promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e, com este papel no mercado, sua expectativa é de que as operações no "open market"



André Lara Resende

refluam às suas reais dimensões. Isto ainda não ocorreu, conforme explicou, porque ainda existe uma demanda por dinheiro no mercado especulativo. "As pessoas aprenderam, no processo inflacionário, a usar o 'open market' e ainda não reverteram seu comportamento." Este é, indiretamente, um dos motivos pelo qual o volume de depósitos a vista na rede bancária, apesar de ter crescido substancialmente a partir de 28 de fevereiro, não voltou ainda ao nível proporcional que tinha na década de 70, em função da renda nacional.

Lara Resende voltou a reafirmar que as ofertas de LBC — através de leilão — não vão representar aumento da dívida pública, já que o volume de emissão estará limitado ao valor de títulos que o BC tem em carteira.